

OS PROGRAMAS "SAÚDE NA ESCOLA" E "SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS": ESTRATÉGIA DE GOVERNAMENTO DOS SUJEITOS ESCOLARES

Fernanda Schwinden Dallamico Kirst

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense Câmpus Venâncio Aires
feschwinden@gmail.com

Apresentação

O interesse por essa pesquisa surgiu em decorrência da percepção da importância da temática saúde vir a ser trabalhada no espaço escolar, uma vez que a escola pode ser compreendida como um espaço privilegiado para o entrelaçamento da educação e da saúde, constituindo-se, ao mesmo tempo, um local para a convivência social e para o estabelecimento de relações que permitam à promoção da saúde do escolar. Desta maneira, para a construção dessa pesquisa levou-se em consideração algumas políticas públicas de saúde produzidas no âmbito escolar as quais serviram como material de trabalho. Como instrumentos de análise foram selecionados dois programas vinculados aos Ministérios da Educação e Saúde: o Programa Saúde na Escola (PSE) e o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE).

A temática é pensada e problematizada a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, com ferramentas teórico-metodológicas foucaultianas, tais como: biopolítica, governamentalidade e produção de verdades. Na perspectiva foucaultiana, as políticas públicas de saúde se constituem em estratégias de regulamentação do corpo social, uma vez que a saúde é vista como a potencialização da vida que surgiram em resposta a uma nova racionalidade de governo.

Entende-se que os documentos voltados aos estudantes produzem determinadas verdades sobre a saúde no âmbito escolar, uma vez que regulamentam uma série de orientações e ações voltadas ao desenvolvimento de atitudes saudáveis no espaço escolar, como também pontuam de que maneira a saúde do escolar é constituída mediante tais políticas públicas de saúde.

Para a realização dessa discussão, o texto divide-se nos seguintes tópicos: Saúde e Biopolítica; Programas Saúde na Escola e Saúde e Prevenção nas Escolas. Para finalizar, realizam-se algumas considerações a respeito das políticas públicas voltadas para a saúde do escolar.

Saúde e Biopolítica

A preocupação com a saúde da população teve sua origem na Europa Ocidental apenas entre os séculos XVII e XVIII, devido à conjuntura econômica da época, no qual o mercantilismo predominava como a principal prática de trocas monetárias entre as diversas nações europeias. Assim, a força produtiva se tornava cada vez mais importante, uma vez que a economia passava a depender dos cidadãos trabalhadores, exigindo cada vez mais cálculos da força ativa das populações, produzindo diversos dados de nascimento, mortalidade e, inclusive, do nível de saúde das populações.

Foucault (1999) coloca que a biopolítica da espécie humana é uma nova tecnologia que se dirige aos homens, não os resumindo em corpos, mas considerando-os como parte de uma população, sendo afetados por processos que são específicos da vida humana, como o nascimento, a morte, a saúde e a doença, fazendo emergir, desta forma, o biopoder.

Paralelo ao surgimento da biopolítica surge uma nova forma de gerenciar a vida, o governo dos seres vivos pelo controle dos fenômenos inerentes à vida, dentre os quais as condições de saúde da população. As políticas públicas de saúde surgem no ocidente, em meados do século XIX, como resposta a essa nova racionalidade de poder, onde a vida passa, agora, a ser potencializada pela saúde e as políticas públicas de saúde passam a ser constituírem como estratégias de regulamentação social (SANTIN, 2013), da mesma forma que são atravessadas por estratégias biopolíticas de controle e governo da população.

As tecnologias políticas “se dirigem ao corpo, à vida, ao que faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada” (FOUCAULT, 2005). A biopolítica centra-se na ideia de governar os vivos através do controle dos fenômenos inerentes à vida, entre eles, a saúde, a qual passa a ser um meio de potencialização da vida. Portanto, conforme Foucault (2005), um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi o investimento de poder sobre a vida humana, um processo de estatização do biológico no qual a nova tecnologia de poder se dirige à multiplicidade dos homens e aos fenômenos coletivos.

As políticas públicas de saúde engendram mecanismos de saber/poder, os quais buscam um controle da população e se caracterizam como formas de governamentalidade e biopoder, investindo na vida – bio-regulação da população – constituindo-se como estratégias de poder.

Sendo a saúde uma estratégia biopolítica e constituindo-se como o objeto central das políticas públicas analisadas, além da sua importância no interior das sociedades, faz-se necessário compreender como se constituem as políticas públicas voltadas para o escolar,, nesse caso no contexto brasileiro, pautada no desenvolvimento de inúmeras políticas públicas voltadas para o bem-estar da população.

Programas ‘Saúde na Escola’ e ‘Saúde e Prevenção nas Escolas’

Os documentos voltados para a saúde do escolar pontuam que a escola assume uma importância extrema para promoção da saúde, uma vez que auxilia no

desenvolvimento e formação do cidadão crítico, estimulando a autonomia, o exercício de direitos e deveres, o controle das condições de saúde e qualidade de vida, ofertando a opção por atitudes mais saudáveis (BRASIL, 2009).

Pensando desta forma, diversos programas vêm sendo criados, através de parcerias entre os Ministérios da Educação e Saúde, com o intuito de permitir que a escola torne-se, além de um ambiente saudável, o *lócus* do cuidado em saúde, propondo estratégias gerais de operacionalização das ações de promoção da saúde escolar. A construção compartilhada destas propostas deve considerar os saberes e práticas de ambos os setores, além de suas culturas institucionais. Entende-se que outros saberes e práticas serão concebidos pelos atores envolvidos no processo, de forma a ressignificar as propostas, atendendo as demandas das diferentes comunidades escolares, co-responsabilizando os sujeitos na busca de soluções para seus problemas, visando à melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2008a).

Os documentos voltados aos estudantes produzem determinadas verdades sobre a saúde no âmbito escolar, uma vez que regulamentam uma série de orientações e ações voltadas ao desenvolvimento de atitudes saudáveis no espaço escolar. Foucault (2007) afirma que a verdade está ligada às estratégias de poder e não existe fora de relações de poder ou sem as relações de poder. Ao mesmo tempo em que produzem marcas identitárias, as relações de poder/verdade produzem o sujeito, om qual está em constante mudança, sempre em vias de desfazer-se e tornar-se outro sujeito.

O Programa Saúde na Escola (PSE), instituído por Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, resulta do trabalho integrado entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, na perspectiva de ampliar as ações específicas de saúde à todos os alunos da rede pública de ensino: municipal, estadual e federal (BRASIL, 2009) com a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de Educação Básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde (BRASIL, 2008b). Através de inúmeras ações desenvolvidas no contexto escolar, o programa busca a conscientização dos estudantes sobre suas condições de saúde, hábitos alimentares, prática de atividades físicas, saúde sexual, entre outras ações voltadas à promoção da saúde do escolar, com vistas à percepção da importância de práticas saudáveis, com o

maior envolvimento possível da comunidade escolar, articulando parcerias com outros programas governamentais.

O Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), ao articular a integração entre a saúde e a escola, representa um importante avanço, tornando possível uma maior participação da escola nas ações referentes à saúde dos estudantes. O objetivo central caminha em torno da promoção da saúde sexual, um tema que parece por muitas vezes batido, mas que, hoje mais ainda, torna-se imprescindível ser abordado e trabalhado na escola, com o intuito de desenvolver uma vida sexual saudável aos estudantes (BRASIL, 2006).

Conclusões parciais

A pesquisa segue em andamento, mas acredita-se que nos discursos presentes nos documentos que regulamentam a saúde na escola apresentam-se recorrências e regularidades que adquirem sentido de verdade uma vez que regulamentam uma série de orientações e ações voltadas ao desenvolvimento de atitudes saudáveis no espaço escolar.

Uma breve análise nas políticas públicas supracitadas permite a compreensão de como se estruturam as relações de saber/poder que se articulam em torno do sujeito estudante, a partir de determinadas tecnologias de governo voltadas para a saúde do escolar.

Referências

BRASIL. *Ministério da Saúde*. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. *Ministério da Educação*. Saúde e educação: salto para o futuro. Secretaria de Educação a Distância. Ano XVIII Boletim 12. Brasília: Ministério da Educação, 2008a.

_____. *Ministério da Saúde; Ministério da Educação*. Programa Saúde na Escola. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008b.

_____. *Ministério da Saúde*. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

_____. *Microfísica do Poder*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

SANTIN, Gisele. *Educação Permanente em Saúde e os estágios de vivência no SUS: traçando linhas de subjetivação*. 2013. 103 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Em Educação – Mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2013